

ACTAS DEL XIII CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN HISPÁNICA DE LITERATURA MEDIEVAL

(Valladolid, 15 a 19 de septiembre de 2009)

IN MEMORIAM
ALAN DEYERMOND

I

Editadas por
José Manuel Fradejas Rueda
Déborah Dietrick Smithbauer
Demetrio Martín Sanz
M^a Jesús Díez Garretas



VALLADOLID
2010

© Asociación Hispánica de Literatura Medieval, 2010

© Los autores, 2010

Reservados los todos derechos. Prohibida la reproducción parcial o total por cualquier medio, salvo para citas, sin permiso escrito de los propietarios del copyright

Publicado por el Ayuntamiento de Valladolid y la Universidad de Valladolid

Ni el Ayuntamiento de Valladolid, ni la Universidad de Valladolid (UVa) ni la Asociación Hispánica de Literatura Medieval (AHLM) ni los editores son responsables de la permanencia, pertinencia o precisión de las URL externas o de terceras personas que se mencionan en esta publicación, ni garantizan que el contenido de tales sitios web es, o será, preciso o pertinente.

Edición realizada dentro del proyecto de investigación VA46A09 financiado por la Junta de Castilla y León.

Ilustración de la cubierta de María Varela

ISBN 978-84-693-8468-8

D.L. VA 951-2010

Impreso en España por
Valladolid Artes Gráficas

AS CONTINUAÇÕES MANUSCRITAS DO PALMEIRIM DE INGLATERRA

RAÚL CESAR GOUVEIA FERNANDES

Centro Universitário da Fundação Educacional Inaciana – São Paulo

Como se sabe, Francisco de Moraes foi responsável pela transposição do chamado ciclo dos Palmeirins a Portugal, onde ele ganharia novo impulso¹. O final do *Palmeirim de Inglaterra*, que descreve sangrenta batalha de cristãos contra turcos, é narrado de forma a possibilitar o surgimento de outras continuações da série: em meio às ruínas de Constantinopla, os sobreviventes são levados pelo sábio Daliarte à Ilha Perigosa, onde nascem os príncipes que protagonizarão as futuras aventuras. Entre os herdeiros dos reinos cristãos, diz o autor, destacar-se-á o filho de Palmeirim e Flérida, a quem é dado o nome de D. Duardos. Estava aberta, assim, a possibilidade para que outros escritores dessem prosseguimento ao ciclo.

Com efeito, o prestígio da obra de Francisco de Moraes motivou o surgimento de diversos prolongamentos da série palmeriniana: a sequência mais antiga foi publicada na Itália por Mambrino Roseo da Fabriano (*Il Terzo Libro del valoroso cavalliero Palmerino d'Inghilterra*, Veneza, Francesco Portonaris

¹ O ciclo teve início em Espanha com a publicação de três obras anônimas, editadas há poucos anos por M. Carmen Marín Pina em coleção do Centro de Estudios Cervantinos de Alcalá de Henares. As duas primeiras são o *Palmerín de Olivia* (Salamanca, Juan de Porras, 1511) e o *Primaleón* (Salamanca, Juan de Porras, 1512), ambas provavelmente escritas por Francisco Vázquez e reeditadas numerosas vezes, inclusive em Portugal. A terceira parte do ciclo, que não conheceu o mesmo sucesso das anteriores, intitula-se *Platir* (Valladolid, Nicolás Tierri, 1533) e seu provável autor é Francisco Encizo Zárate. Quanto ao *Palmeirim de Inglaterra*, de Francisco de Moraes, são atualmente conhecidas apenas duas edições portuguesas do séc. XVI (Évora, André de Burgos, 1564-7 e Lisboa, António Álvares, 1592), embora seja comumente aceite que a primeira edição da obra deve ter ocorrido em c. 1544. O livro foi traduzido para o castelhano (Toledo, Herederos de Fernando de Santa Catherina, 1547-8) e, desta língua, para diversos outros idiomas (como o francês, em 1552-3, o italiano, em 1553-4, e o inglês, em 1596). Para maiores informações, ver a introdução de Aurelio Vargas Díaz-Toledo à versão castelhana do texto: *Palmerín de Ingalaterra (Libro I)*, Alcalá de Henares, Centro de Estudios Cervantinos, 2006, em esp. as págs. XXIV-XXV.

da Trino, 1559). Alguns anos mais tarde, Diogo Fernandes editou em Lisboa sua *Terceira [e quarta] parte da Chronica de Palmeirim de Inglaterra na qual se tratam as grandes cavallerias del seu filho o principe don Duardos Segundo* (Marcos Borges, 1587), obra reeditada em 1604 (Lisboa, Jorge Rodrigues); em 1602 é a vez de Baltasar Gonçalves Lobato imprimir sua *Quinta e sexta parte de Palmeirim de Inglaterra. Chronica do famoso principe dom Clarisol de Bretanha, filho do principe dom Duardos* (Lisboa, Jorge Rodrigues).

Para além das várias sequências impressas, contudo, o *Palmeirim de Inglaterra* possui também uma continuação manuscrita, dividida em três partes, a qual permanece inédita e praticamente esquecida até hoje. Embora em alguns dos códices remanescentes o título da obra aluda ao Imperador Primaleão (trata-se do protagonista da segunda parte do ciclo, publicada em 1511), cremos mais adequado chamá-la de *Crônica de D. Duardos*, em referência a seu protagonista: de resto, este é o título dado ao texto em ao menos uma de suas cópias (cód. BNL 619)². A crer no elevado número de exemplares que chegaram até nossos dias, a obra gozou do favor de um conjunto relativamente amplo de leitores durante mais de cem anos. São conhecidos atualmente 17 testemunhos de diferentes partes do texto; a grande maioria é do século XVII, mas alguns talvez remontem a fins do século XVI (nomeadamente os cód. BNL 12904, ANTT 1201 e 1202) e pelo menos um aparenta ter sido copiado no início de Setecentos (cód. BNL 483). A localização dos exemplares conservados é a seguinte:³

1. *Crônica de D. Duardos, Primeira Parte* (sete cópias):

- a. BNL (Biblioteca Nacional de Lisboa): cód. 483 (B-6-55); cód. 619 (B-10-6); cód. 620 (B-10-7); cód. 658 (B-10-45); cód. 6828 (U-2-100); cód. 12904.

² Massaud Moisés, a quem devemos a identificação das três partes da *Crônica de D. Duardos* e a localização de diversos testemunhos da obra, optou por apelidar a primeira parte do texto de *Crônica de Primaleão* e as duas restantes de *Crônica de D. Duardos I e II*, no que foi seguido por diversos outros autores, como Luciana Stegagno Picchio e Ettore Finazzi-Agrò. A opção é compreensível dada a disparidade de títulos nas diferentes cópias, mas tem o inconveniente de sugerir que as três partes do livro não formariam um conjunto unitário. Ver Massaud Moisés, “A novela de cavalaria portuguesa (achega bibliográfica)”, *Revista de História*, 29, 1957, págs. 47-52.

³ Assinalamos com asterisco as duas cópias correspondentes à recentíssima descoberta (agosto/2009) de Nanci Romero na biblioteca da Hispanic Society of America, em Nova Iorque. A primeira parte do texto foi objeto de edição em nossa tese de doutoramento: *Crônica de D. Duardos (Primeira Parte)*, cód. BNL 12904: edição e estudo, Universidade de São Paulo, 2006. Ver também nosso artigo “A tradição manuscrita da *Crônica de D. Duardos I*”, *Filologia e Linguística Portuguesa*, 10, 2008 (no prelo). As restantes partes da obra são objeto da tese de Nanci Romero, a ser concluída proximamente. Agradecemos à Autora pela notícia da descoberta dos testemunhos da Hispanic Society.

- b. ANTT (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa): Manuscritos da Livraria, 1773 (1ª parte).
2. *Crônica de D. Duardos, Segunda Parte* (seis cópias):
- a. BNL: cód. 659 (B-10-46); cód. 6829 (U-2-101).
 - b. ANTT: Manuscritos da Livraria, 410; Manuscritos da Livraria, 1201.
 - c. Biblioteca do Paço Ducal de Vila Viçosa: Seção de Reservados, LXX.
 - d. HSA (Hispanic Society of America, Nova Iorque): HC/380/800/1*
3. *Crônica de D. Duardos, Terceira Parte* (quatro cópias):
- a. BNL: cód. 6830 (U-2-102).
 - b. ANTT: Manuscritos da Livraria, 1202; Manuscritos da Livraria, 1773 (2ª parte).
 - c. HSA: HC/380/800/2*

Tal difusão de um livro de cavalarias extenso e tardio, como a *Crônica de D. Duardos*, é surpreendente: não há registro de qualquer caso semelhante entre os congêneres castelhanos e, mesmo em âmbito português, trata-se de uma exceção superada apenas pelo incomparável sucesso da *Crônica do Imperador Beliandro*, de D. Leonor Coutinho, preservada em 40 cópias. A formidável difusão destas obras impõe a necessidade de rever uma arraigada opinião segundo a qual em fins do século XVI os livros de cavalarias seriam um gênero moribundo, à espera do golpe de misericórdia dado por Cervantes. Tem razão, portanto, José Manuel Lucía Megías ao observar que os livros de cavalarias manuscritos “muestran claramente cómo el género caballeresco vá más allá de los límites editoriales y cervantinos que hasta ahora se han impuesto en la percepción de su supervivencia”⁴. Mas não é apenas por seu sucesso que a *Crônica de D. Duardos* merece ser resgatada do esquecimento: a obra possui méritos intrínsecos que a tornam digna de atenção.

O objetivo do presente trabalho é responder a questionamentos que permanecem sem solução adequada desde pelo menos os anos 1920, quando Fidelino de Figueiredo, o primeiro a tratar das continuações manuscritas do *Palmeirim de Inglaterra* de modo sistemático, levantou algumas dúvidas: quem teria escrito a *Crônica de D. Duardos*? Qual a data provável de sua composição? Qual sua relação com as continuações impressas da obra de Francisco de Moraes?⁵

Como de hábito, nos códices que a preservaram, a *Crônica de D. Duardos* ora é apresentada como obra anônima, ora como tradução de um suposto original estrangeiro. Várias cópias do texto incluem no título referências a certo cronista inglês ou “hibérnio” chamado Henrique Frusto e, de fato, este nome é mencionado diversas vezes ao longo da obra como o autor da crônica “original”

⁴ *De los libros de caballerías manuscritos al Quijote*, Madrid, Sial, 2004, pág. 39.

⁵ Fidelino de Figueiredo, *História da literatura clássica*. 2ª ed., Lisboa, Livraria Clássica, 1930, III, págs. 29-34.

que o narrador simula verter para o português. Trata-se de recurso comum nos livros de cavalarias quinhentistas e, em particular no caso da *Crônica de D. Duardos*, seu autor acolheu sugestão feita nos capítulos finais do *Palmeirim de Inglaterra*, onde Henrique Frusto é nomeado entre os supostos cronistas britânicos que teriam registrado o prosseguimento da saga dos Palmeirins⁶.

Há cópias, contudo, que não atribuem a autoria ou a tradução do texto a escritores fictícios. Em quatro códices (BNL 6828, BNL 6829, BNL 6830 e num exemplar que pertenceu ao bibliófilo português José Maria Nepomuceno, cuja localização atual é ignorada), o título da obra é acompanhado de curiosa observação: “Chronica do Invicto D. Duardos de Bretanha [...]. Composta por Henrique Frusto Chronista ingres, e tresladada em Portugues por Gomes Ennes de Zurara, que fes a Chronica del Rey Dom Afonço Henriques, achada de novo entre seus Papeis”. Embora evidentemente falsa, a informação foi tida como digna de crédito por alguns homens de letras do século XIX. De acordo com carta de Inocêncio Francisco da Silva atualmente apenas ao cód. BNL 6828, Francisco Jacques de Magalhães (Visconde de Fonte Arcada, antigo proprietário da cópia) parecia convencido de estar em posse de um texto autêntico de Zurara. O equívoco não foi notado até mesmo por Teófilo Braga, que em 1873 dá notícia de um suposto inédito de Gomes Eanes de Zurara, referindo-se à cópia então presente na biblioteca de Nepomuceno. Em 1896, contudo, Edgar Prestage corrigiu o engano, observando ser impossível que um escritor morto ainda no século XV fosse o continuador do *Palmeirim de Inglaterra*, redigido em meados de Quinhentos. Em todo caso, a ligação da *Crônica de D. Duardos* ao nome de Zurara favoreceu a divulgação da existência do texto numa época em que os livros de cavalarias quinhentistas (e em particular os manuscritos) eram praticamente ignorados⁷.

⁶ A menção a Frusto encontra-se no cap. 172 do *Palmeirim*. No título de alguns códices da *Crônica de D. Duardos* o nome do autor fictício é erroneamente alterado para Guilherme Frusto (BNL 620, BNL 12904, ANTT 1201 e HSA 380/800/1). Estes mesmos códices são os únicos a acrescentar informação segundo a qual a obra teria sido copiada por Simisberto Pachorro, “em quanto esteve ocupado, ou encantado no Cume da Penha Riguroza, da Serra da Lua, pello odio do Sabio Bragamante”, observação que não encontra respaldo no texto, visto que Simisberto Pachorro e Bragamante não são personagens da *Crônica de D. Duardos*. Sobre o motivo dos supostos originais estrangeiros nos livros de cavalarias, ver M. Carmen Marin Pina, “El tópic de la falsa traducción en los libros de caballerías españoles”, *Actas del III Congreso de la AHLM*, I, María Isabel Toro, ed., Salamanca, Universidade, 1994, págs. 541-548.

⁷ Apesar do equívoco com relação à autoria da obra, é de Teófilo Braga a primeira menção moderna à *Crônica de D. Duardos* (*A Formação do Amadis de Gaula*, Porto, 1873, págs. 195-196). O exemplar de Nepomuceno, que Teófilo Braga compulsou e cujo paradeiro atual é desconhecido, é mencionado também no *Catálogo da livraria do falecido distinto bibliographo e bibliophilo José Maria Nepomuceno* (Lisboa, Francisco Arthur da Silva, 1897, n° 2194). O

As cópias remanescentes da *Crônica de D. Duardos* não fornecem, portanto, informações confiáveis sobre a autoria do texto. Ainda assim, é possível atribuí-la com razoável segurança a Gonçalo Coutinho (c. 1560-1634), que foi Comendador da Ordem de Cristo, governador da vila de Mazagão em Marrocos entre 1624 e 1627 e mais tarde governador do Algarve (1633), além de Conselheiro de Estado de Filipe III e provedor da Misericórdia de Lisboa. Segundo Felgueiras Gayo, Gonçalo Coutinho participou da expedição de D. Sebastião a Alcácer-Quibir e foi posteriormente nomeado para assumir os postos de governador de Angola e da fortaleza da Mina, encargos que rejeitou. Filho de Gastão Coutinho, da família dos Condes de Marialva, D. Gonçalo foi casado com Maria de Oliveira, filha do Desembargador do Paço e Juiz da Fazenda durante o reinado de D. Sebastião, com quem não teve filhos. Entre seus antepassados contava-se Álvaro Gonçalves Coutinho, o “Magriço” mencionado em *Os Lusíadas*; ele era também aparentado a Lopo de Sousa Coutinho (herói do cerco de Diu, que depois narrou em livro, e autor de traduções de Píndaro e Lucano para o português), e a Vasco Fernandes Coutinho (primeiro donatário da Capitania do Espírito Santo, no Brasil, e avô do famoso bandeirante Fradique Coutinho)⁸.

Gonçalo Coutinho foi ainda Comendador de Vaqueiros e de Santa Luzia de Trancoso. Segundo João Franco Barreto, Camões hospedou-se “muitas vezes” na quinta que Coutinho possuía em Vaqueiros, onde também Diogo Bernardes “lhe escreveo varias cartas”. Poeta de pouca expressão, ele pertenceu ao círculo de amizades de Frei Luís de Souza (cujo verdadeiro nome foi Manuel de Souza Coutinho e também era seu parente), Fernão Álvares do Oriente, Fernão

mesmo catálogo apresenta notícias de outras duas partes do texto (nº 2195), que Braga parece não ter consultado. A descrição destes mss., que até há pouco também eram tidos como desaparecidos, corresponde exatamente à dos códices recém localizados na Hispanic Society of America. Sobre a refutação de Prestage à hipótese da autoria de Zurara, ver a introdução a *The chronicle of the discovery and conquest of Guinea*, trad. C. R. Beazley e E. Prestage, Londres, Hakluyt Society, 1896, I, págs. lxiii-lxvii. Note-se de passagem que a atribuição da cópia da *Crônica de D. Duardos* atualmente conservada no Paço Ducal de Vila Viçosa a Diogo Fernandes também é falsa, pois, como veremos, ele não pode ser considerado autor da sequência manuscrita. Sobre a cópia de Vila Viçosa, ver Joaquim de Carvalho, “Livros de D. Manuel II. Manuscritos, incunábulos, edições quinhentistas, camoniana e estudos de consulta bibliográfica”, *Obra completa*, II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1983, pág. 446 (texto publicado originalmente em 1950).

⁸ Ver Felgueiras Gayo, *Nobiliário das famílias de Portugal*, Braga, Oficinas Gráficas da Pax, 1938, X, pág. 14, João Franco Barreto, *Bibliotheca lusitana* (consultamos a fotocópia do ms. da Casa de Cadaval, presente na sala de reservados da BNL, III, págs. 531-532), Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca lusitana*, 2ª ed., Lisboa, Bertrand, 1930-1935, II, 1ª parte, págs. 360-361 e José Hermano Saraiva (org.), *História de Portugal. Dicionário de personalidades*, Lisboa, Quidnovi, 2004.

Rodrigues Lobo (o Soropita), Diogo Bernardes, Sá de Miranda e Camões: o fato de ter sido Gonçalo Coutinho quem mandou gravar o célebre epitáfio no túmulo do autor de *Os Lusíadas* na igreja de Sant'Ana em Lisboa pode inclusive explicar o motivo da homenagem que lhe foi dirigida na primeira edição das *Rhythmas* (1595), fato que se repete em várias edições posteriores (como as de 1598 e 1616)⁹. Embora seu nome hoje esteja praticamente esquecido, Gonçalo Coutinho foi personalidade de certo relevo em seu tempo: Franco Barreto, escrevendo poucos anos após sua morte, o considera dono de “engenho muy sobido com que escreveo em toda a materia com estilo superior”. Além de ter publicado em 1614 uma biografia de Sá de Miranda, ele é autor de obra que relata sua permanência em África (*Discurso da jornada de D. Gonçalo Coutinho a Villa de Mazagam, e seu governo nella*, Lisboa, Pedro Craesbeek, 1629)¹⁰.

Há notícias também da existência de outras obras de Gonçalo Coutinho, provavelmente perdidas: uma “sucessão historiada da casa dos Coutinhos de Marialva”, da qual o escritor descendia, algumas cartas e discursos que teriam permanecido em poder de D. António Álvares da Cunha e de Gaspar Faria de Severim, além de poemas que se conservavam na biblioteca do Duque de Lafões até o terremoto de Lisboa. João Franco Barreto refere-se ainda a uma suposta tradução do “livro de Jeronimo Franqui da sucessão de Portugal” – mas quanto a isto não estamos convencidos que a informação seja segura. O livro em questão é o polêmico *Dell'unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia*, de Girolamo Franchi di Conestaggio, publicado em Gênova no ano de 1585, e seria improvável que um escritor português tivesse interesse em difundir obra que na época foi considerada defensora dos interesses castelhanos. O próprio João Franco Barreto assinala, de resto, que “no tempo das sucessões

⁹ Sobre sua amizade com Camões, ver Visconde de Juromenha, *Obras de Luiz de Camões*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, I, em esp. as págs. 150, 160, 510 (nota 81) e 570-571. As estreitas ligações entre Coutinho e Diogo Bernardes são discutidas por Teófilo Braga em sua *História de Camões. Parte II: Eschola de Camões (Livro I – Os poetas lyricos)*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1874, em esp. as págs. 286-295, onde há notícias detalhadas de poemas de Gonçalo Coutinho impressos anonimamente (atribuídos “a um amigo”) nas obras de Bernardes. De acordo com o *Hospital das letras*, de Francisco Manuel de Melo, Coutinho teria ainda travado conhecimento com Gôngora em Madrid.

¹⁰ Sobre Mazagão, ver Robert Ricard, *Mazagan et le Maroc sous le règne du Sultan Moulay Zidan (1608-1627), d'après le “Discurso” de Gonçalo Coutinho, gouverneur de Mazagan (1629)*, Paris, Paul Geuthner, 1956, António Dias Farinha, *História de Mazagão durante o período filipino*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970 e Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão: a epopeia portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007. Em 1769, D. José decidiu abandonar a praça marroquina e transferir toda sua população para a Amazônia, onde foi fundada a Vila Nova Mazagão (no atual estado do Amapá).

[Coutinho] não admitio as promessas de Castela”, tendo tomado partido de D. António, pelo que inclusive “ficou menos aventejado do que seus merecimentos pedião”. Como explicar, neste caso, que ele tenha traduzido um livro acusado de defender tese contrária à autonomia portuguesa? A atuação de Gonçalo Coutinho durante a crise dinástica parece ser, portanto, um aspecto obscuro de sua biografia e merece ser esclarecido; em todo caso, a tradução do livro de Conestaggio, se existiu, deve estar perdida, pois os estudos que pudemos compulsar sobre o tema não a mencionam¹¹.

Para além de todas essas informações, contudo, Diogo Barbosa Machado acrescenta uma última, de especial interesse: de acordo com testemunho do Pe. Francisco da Cruz, registrado em suas *Memorias manuscriptas para a Bibliotheca Lusitana*, Gonçalo Coutinho teria escrito também um livro de cavalarias intitulado *História de Palmeirim de Inglaterra e de D. Duardos*. Embora este título não corresponda ao de nenhuma das cópias atualmente conhecidas da *Crônica de D. Duardos*, tudo indica tratar-se da mesma obra, pois Barbosa Machado informa que o livro “era continuação desta Historia fabuloza” (ou seja, era sequência do *Palmeirim de Inglaterra*) e diz ainda que o exemplar consultado pelo Pe. Francisco da Cruz na livraria de certo João de Saldanha seria composto por três tomos¹².

Outra referência a um livro de cavalarias escrito por Coutinho (desta vez, porém, sem fazer menção a seu título) encontra-se em carta de Vasco Luiz da Gama, o primeiro Marquês de Niza, datada de setembro de 1649. Como o nome indica, o Marquês era descendente do grande navegador português por linha paterna; sua mãe era D. Leonor Coutinho, a autora da *Crônica do Imperador Belindro*. De acordo com Ramos Coelho, Vasco Luiz da Gama foi ávido colecionador de livros, que encomendava a diversos livreiros portugueses e estrangeiros ou que mandava copiar de exemplares emprestados por amigos. Em carta dirigida a D. Vicente Nogueira, Gama declara ter recebido cópia de “dois livros de cavalarias, de D. Gonçalo Coutinho” acrescentando que “já tinha o primeiro” –o que, registre-se, significa que também este livro seria dividido

¹¹ Ver p. ex. Giacinto Manupella, “Ieronimo de Franchi Conestaggio, gentilhoumo genovese”, in: *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, série III, 1, 1957, págs. 216-287, e também Montserrat Casas Nadal, “Sobre la Difusión de ‘L’Unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia’ de Conestaggio (1585). Con la edición de una versión manuscrita desconocida del prólogo a la segunda edición (1589)”, *Epos*, 23, 2007, págs. 197-220.

¹² A nota de Barbosa Machado é reproduzida em 1874 por Teófilo Braga, em seu *História de Camões*, op. cit., pág. 295. É curioso observar que o estudioso não dá mostras de ter relacionado esta informação à notícia dada por ele mesmo um ano antes (1873) acerca do códice da *Crônica de D. Duardos* então presente na biblioteca pessoal de José Maria Nepomuceno (ver nota 7).

em três partes. Por fim, o Marquês conclui não sem uma ponta de satisfação: “e, sendo muito bons, não chegam aos de minha mãe”¹³.

Em suma, o fato de dois testemunhos independentes (o do Pe. Francisco da Cruz transmitido por Barbosa Machado e o do Marquês de Niza) apontarem para a mesma conclusão deixa pouca margem para dúvidas: Gonçalo Coutinho deve ser o autor da *Crônica de D. Duardos* – e a fama do escritor em seu tempo pode, aliás, ser um dos fatores que explicam a notável difusão da obra¹⁴.

Quanto à datação da *Crônica de D. Duardos*, há menos informações disponíveis. Conforme dito anteriormente, as cópias mais antigas do texto remontam à passagem dos séculos XVI e XVII; afora essa vaga estimativa, os manuscritos remanescentes e as demais fontes citadas não oferecem indícios seguros para solucionar a dúvida. Só resta, pois, a alternativa de buscar no conteúdo do próprio livro elementos que permitam inferir a provável data de sua composição. Para tanto, o cotejo com a primeira continuação impressa do *Palmeirim de Inglaterra*, publicada em 1587, revela-se útil.

A coexistência de duas sequências diferentes da obra de Francisco de Moraes – a impressa, de Diogo Fernandes, e a manuscrita, de Gonçalo Coutinho – motivou o surgimento de diferentes hipóteses entre os raros estudiosos que abordaram o problema. Massaud Moisés sugeriu em 1957 que a *Crônica de D. Duardos* teria sido iniciada pelo próprio Francisco de Moraes e concluída posteriormente por Diogo Fernandes; João Palma-Ferreira, em estudo de 1983, parece inclinar-se à hipótese contrária, isto é, que a sequência manuscrita do *Palmeirim de Inglaterra* seria uma refundição do texto de Diogo Fernandes, produzida provavelmente no início do século XVII por Gonçalo Coutinho. Uma vez que ambos os estudiosos não tiveram oportunidade de ler atentamente a *Crônica de D. Duardos*, suas suposições não resistem à análise comparativa entre as duas obras: diferenças de conteúdo e estilo impedem qualquer tentativa de vinculação entre elas. A fim de justificar seu ponto de vista, Palma-Ferreira

¹³ A carta de Vasco Luiz da Gama foi publicada por Ramos Coelho, “O primeiro Marquês de Niza”, *Archivo Historico Portuguez*, v. 1, 1903, e o trecho citado encontra-se à pág. 68. É digno de nota o fato de a carta ter sido redigida em 1649, apenas quinze anos após a morte de Gonçalo Coutinho, o que aumenta sua credibilidade. Ramos Coelho colheu em Barbosa Machado a notícia sobre o livro de cavalarias de Gonçalo Coutinho e, demonstrando ter consultado a *Crônica de D. Duardos*, sugere acertadamente que ela não apresenta vínculos com a continuação impressa do *Palmeirim de Inglaterra*, de Diogo Fernandes.

¹⁴ A maioria dos estudiosos que tratou da matéria manifesta inclinação a aceitar a autoria de Gonçalo Coutinho. Ver, por exemplo, Fidelino de Figueiredo, *Historia da litteratura clássica*, op. cit., págs. 29-34, e Ettore Finazzi-Agrò, *A novelística portuguesa do século XVI*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978, pág. 68.

chega a afirmar que a *Crônica de D. Duardos* recuperaria elementos da trama do livro de Diogo Fernandes, através de um

aproveitamento da intriga, retomando personagens como Albaizar, Florendos, Daliarte, Gridônia, Carmélia, D. Duardos, Leonarda, Primaleão, Dramusiando, Flérída, Polendos, Pavorante, Vasperaldo, Drusia Velona, Targiana, Aliandro, Beliasem, Floramão e tantas outras e repetindo incidentes como o da Ilha e Floresta dos Ulmeiros, que é paralelo aos da Ilha e Floresta dos Loureiros que aparecem em alguns manuscritos¹⁵.

Diferentemente do que afirma João Palma-Ferreira, contudo, não há aproveitamento da intriga ou mesmo de episódios isolados da continuação impressa por parte da *Crônica de D. Duardos*. O fato de ambas as obras compartilharem grande parte dos personagens é facilmente explicável. Conforme observamos acima, o próprio Francisco de Moraes encarregou-se de narrar o nascimento da nova geração de príncipes e princesas ao final de seu livro, de modo que os nomes dos protagonistas das sequências impressa e manuscrita do *Palmeirim de Inglaterra* já estavam definidos antes mesmo que Coutinho ou Fernandes planejassem escrevê-las. Por outro lado, nenhum dos personagens novos criados por Gonçalo Coutinho (como D. Floris, Braceliano, a princesa Fidélia e o anão Pleonido, para citar apenas os mais importantes) encontra-se na obra de Diogo Fernandes. E a recíproca também é verdadeira: Tigririno, Laudimante de Trácia e os outros personagens introduzidos na trama pelo autor da continuação impressa não são mencionados no texto de Coutinho. Em suma, a *Crônica de D. Duardos* não pode ser considerada versão preliminar ou refundição da *Terceira [e quarta] parte da Chronica de Palmeirim de Inglaterra*: trata-se de texto autônomo e independente, cujo único vínculo com a obra publicada em 1587 é o fato de ambas se apresentarem como continuações do mesmo livro.

Recentemente, porém, Aurelio Vargas Díaz-Toledo aduziu novo argumento à tese da vinculação entre os textos. Embora reconheça que “se trata de dos obras distintas y sin ningún supuesto vínculo”, o pesquisador espanhol afirma haver “algumas similitudes entre ambas, como es la misma capitulación de alguno de sus apartados”. Com efeito, tanto o segundo livro da *Crônica de D. Duardos* como a *Terceira parte*, de Diogo Fernandes, são compostos por 86 capítulos; tal coincidência levou Aurelio Vargas a supor que Diogo Fernandes talvez tenha conhecido a sequência manuscrita antes de redigir seu livro. Um

¹⁵ João Palma-Ferreira, *Crônica do Imperador Clarimundo. Cód. 490, col. Pombalina da Biblioteca Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional / Biblioteca Nacional, 1983, pág. 58. Todos os nomes citados são de personagens do *Palmeirim de Inglaterra*; nada mais natural, portanto, que estejam presentes nas duas continuações do livro de Francisco de Moraes (a única exceção é Aliandro, que não comparece na *Crônica de D. Duardos*). É imprecisa também a observação sobre o episódio da Ilha dos Ulmeiros, que não tem paralelo algum na obra de Gonçalo Coutinho.

trecho do prólogo da *Terceira parte*, em que o autor declara ter corrigido uma versão prévia da obra, justificaria a suposição: o texto revisado bem poderia ser o de Gonçalo Coutinho (e não um esboço do próprio Fernandes, como acreditava Finazzi-Agrò)¹⁶. A hipótese é plausível, mas não explica a semelhança quanto ao número de capítulos: se Diogo Fernandes realmente tivesse intenção de reescrever ou retificar a *Crônica de D. Duardos*, é de crer que fizesse referência mais explícita à versão rejeitada (como as que se encontram em outros livros de cavalarias da época), ou ao menos que houvesse em seu texto algum vestígio de contato com a continuação manuscrita. Na falta de evidências mais palpáveis, contudo, a simples coincidência do número de capítulos parece-nos ser indício demasiadamente frágil para comprovar a existência de vínculo entre textos tão distintos como a *Crônica de D. Duardos* e a *Terceira [e quarta] parte*, de Diogo Fernandes¹⁷.

A ausência de parentesco entre as duas obras constitui, entretanto, por si só, uma valiosa pista sobre a datação da *Crônica de D. Duardos*. Seria pouco provável que seu autor empreendesse a tarefa de redigir nova sequência do *Palmeirim de Inglaterra* se tivesse conhecimento da existência da obra de Diogo Fernandes, cuja publicação certamente não passaria despercebida a um admirador de livros de cavalarias como Gonçalo Coutinho aparenta ser. Mais compreensível seria o contrário: que ele tenha começado a compor sua obra insciente de haver também outro escritor empenhado em dar prosseguimento ao livro de Francisco de Moraes. Acreditamos, em suma, que as duas continuações do *Palmeirim de Inglaterra* devem ter sido elaboradas aproximadamente no

¹⁶ A hipótese é sugerida na tese de Aurelio Vargas Díaz-Toledo, *Estudio y edición crítica del Leomundo de Grécia, de Tristão Gomes de Castro*, Universidad Complutense de Madrid, 2007, pág. 51. Agradecemos ao Autor pelo envio de cópia do trabalho, que contém levantamentos exaustivos sobre os livros de cavalarias manuscritos em Portugal (ver o cap. 1, págs. 33-105). O trecho do prólogo citado por Aurelio Vargas é o seguinte: “Há tanto que se deseja a següda parte de Palmeirim de Inglaterra que [...] *alimpando como pude a que della tinha composta*; pareceome agrauo que aos curiosos se fazia, naõ procurar cõmunicarlha” (grifo nosso; citamos pela edição de 1604). Note-se que a coincidência quanto ao número de capítulos entre os textos de Diogo Fernandes e Gonçalo Coutinho ocorre apenas na primeira edição da *Terceira parte*, pois na segunda o texto apresenta 95 capítulos. Sobre a interpretação de Finazzi-Agrò, ver *A novelística portuguesa do século XVI*, op. cit., pág. 65.

¹⁷ Em todo caso, estamos de acordo com Vargas sobre a necessidade de elaborar um estudo comparativo entre a continuação de Gonçalo Coutinho e a de Diogo Fernandes, sugerida à pág. 64 de seu trabalho. Cremos que semelhante permitirá também pôr em relevo certas qualidades que tornam a *Crônica de D. Duardos* obra relativamente original no conjunto do gênero a que pertence: voltaremos a este tema em outra oportunidade. Sobre o conflito entre versões divergentes nos livros de cavalarias quinhentistas, ver os exemplos lembrados por Sylvia Roubaud-Bénichou, *Le roman de chevalerie en Espagne. Entre Arthur et Don Quichotte*, Paris, Honoré Champion, 2000 (em esp. o cap. XV, “Polémiques d’auteurs”, págs. 189-205).

mesmo período mas de modo independente, o que nos levaria a situar a data do início da composição da *Crônica de D. Duardos* para antes de 1587.

O surgimento da continuação de Diogo Fernandes pode, aliás, explicar o fato de Gonçalo Coutinho haver abandonado a redação da *Crônica de D. Duardos* ao final da terceira parte, deixando diversos fios narrativos em suspenso. Se foi produzido, o desfecho da obra não deixou rastro¹⁸. O mais provável, porém, é que a conclusão jamais tenha existido, pois, pouco antes da brusca interrupção do texto, o próprio autor confessa ter perdido a motivação para prosseguir o trabalho. No penúltimo capítulo da terceira parte, Gonçalo Coutinho tece longos comentários sobre a composição de sua obra; não obstante o trecho ser um tanto confuso, ele oferece informações úteis para a datação da *Crônica de D. Duardos*. Diz o autor:

Depois de acabar de tresladar a segunda parte desta Historia, parámos por muito tempo, sem trabalhar na terceira [...]. Mas tornounos a por na carreira, por hũa parte dezejo de pessoa, a que não se podia rezestir [...] e por outra, hũa pouca de carne, e sangue, nossa particular, em vingança, ou deffensa das injurias, de tresladações apressadas, a furto da confiança, com que liza, e singellamente se entregarão os originaes a animos pouco singellos, que os tornarão adulterados naquellas copias¹⁹.

Seriam estas “tresladações apressadas” que terminaram por adulterar os “originaes” uma referência à publicação do livro de Diogo Fernandes, que apresenta versão distinta da vida de D. Duardos e sus companheiros? Conquanto seja difícil afirmá-lo com segurança, tendo em vista o caráter ambíguo da longa passagem (em que realidade e ficção aparecem inextricavelmente embaralhadas), quer-nos parecer que sim. A ser correta esta interpretação, podemos concluir que a primeira e a segunda partes da *Crônica de D. Duardos* devem ter sido compostas antes que Gonçalo Coutinho tivesse notícia da obra de Diogo Fernandes; a terceira parte, ao contrário, deve ter sido escrita (com hesitações e novas interrupções, segundo o autor) após a publicação da *Terceira [e quarta] parte da Chronica de Palmeirim de Inglaterra*, em 1587. Se este testemunho do narrador demonstra que a obra foi elaborada durante período mais ou menos longo e com algumas pausas, é possível imaginar que, em números redondos, a *Crônica de D. Duardos* tenha sido composta entre os anos de 1585 e 1588²⁰.

¹⁸ Em duas passagens do texto (ao final da segunda e da terceira partes), Gonçalo Coutinho anuncia a existência de um suposta quarta parte da *Crônica de D. Duardos* (embora no fim da terceira parte apenas a lição do cód. ANTT 1202 o mencione explicitamente).

¹⁹ Citamos a partir do cód. ANTT 1202 (fols. 320v-321r).

²⁰ Processo semelhante foi empregado pelo autor na composição do *Discurso da jornada de D. Gonçalo Coutinho a Villa de Mazagam, e seu governo nella*, onde há sinais de que o texto não foi escrito de um só fôlego, mas sim intermitentemente, a modo de diário. No caso da *Crônica de*

As hipóteses aqui sugeridas pretenderam lançar alguma luz sobre as questões relativas à autoria e datação da *Crônica de D. Duardos*, bem como sobre sua relação com as demais partes do ciclo dos Palmeirins. Falta ainda, no entanto, fazer o mais importante: editar e divulgar o texto, resgatando-o do esquecimento secular a que foi relegado, para que a crítica possa analisá-lo e aquilatar seu valor.

Fidelino de Figueiredo sentenciou (a nosso ver, injustamente) que “seus méritos literários são muito escassos, pois como imitações [as continuações do *Palmeirim*] apenas repetem os defeitos do gênero”²¹. Desde então –e isto já faz quase 80 anos– este juízo nunca foi revisto ou questionado. É nossa convicção que os livros de cavalarias portuguesas do século XVI –e em especial os manuscritos, que permanecem virtualmente desconhecidos– ainda reservam boas surpresas àqueles que se aventurarem neste terreno praticamente virgem.

D. Duardos, certos elementos parecem indicar ainda que, à medida que escrevia, Gonçalo Coutinho dava a conhecer trechos da obra a um pequeno grupo de leitores: é o caso, por exemplo, de diversas alusões à reação do público (leitor ou ouvinte) acerca de ações de certos personagens, como Floriano (ver o cap. 19, 2ª parte), Albaizar (cap. 74, 2ª parte) e Carmélia (cap. 17, 3ª parte). Estes e outros trechos semelhantes merecem análise mais detida, pois podem revelar interessantes aspectos sobre a recepção dos livros de cavalarias por parte do público contemporâneo.

²¹ Fidelino de Figueiredo, *Historia da litteratura clássica*, op. cit., pág. 34.